



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010641-25.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Licenças / Afastamentos**
 Requerente: **Eliana Mara Thomaz**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

ELIANA MARÁ THOMAZ ajuizou esta ação em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** objetivando: (i) a concessão de licença médica nos períodos em que houve indeferimento administrativo, convolvendo-se as faltas tidas por injustificadas em licença para tratamento de saúde, sem que haja prejuízo em seus vencimentos e demais vantagens, apostilando-se; (ii) a abstenção da requerida de proceder a qualquer desconto em seus vencimentos, decorrentes dos dias não trabalhados e (iii) a devolução dos valores eventualmente descontados.

Como fundamento de sua pretensão sustenta, em síntese, que é Professora de Educação Básica II, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria Estadual de Educação e, ao requerer licença para tratamento de saúde nos períodos de 24/10/2014 a 07/12/2014 e 23/02/2015 a 23/05/2015, teve seu pedido indeferido, sendo que, quando ainda discutindo administrativamente o assunto, a requerida determinou fossem consignadas faltas injustificadas e descontados os dias correspondentes aos da licença.

Foi indeferida a tutela provisória de urgência (fls. 52/53). Desta decisão, a parte autora interpôs agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 124/133).

Em contestação, a requerida defendeu que as licenças somente são concedidas após avaliação da comissão médica do DPME que, no caso da autora, concluiu ela estava com sua capacidade laborativa preservada, sem apresentar sinais, sintomas ou características que a impedissem de desempenhar as atribuições previstas em seu rol de atividades de Readaptada. Portanto, não seria possível considerar o período em que não se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

apresentou ao serviço como de efetivo tempo, tampouco pagar-lhe, se o Departamento de Perícias Médicas não concedeu a licença. Sustenta, ainda, que é assentado o entendimento jurisprudencial do TJSP no sentido de que, independentemente da existência ou não de eventual patologia, estando o servidor com sua capacidade laborativa preservada para desempenho de suas funções, é de rigor o indeferimento de concessão de LTS. Por isso, postulou a improcedência do pedido, fls. 59/73. Encaminhou aos autos os documentos de fls. 74/97.

Réplica às fls. 107/108.

Foi deferida a prova pericial (fl. 109).

Laudo pericial apresentado às fls. 140/144.

Manifestação da FESP, solicitando esclarecimentos, fls. 149/150.

Manifestação da autora acerca do laudo pericial, fls. 211/212.

Esclarecimentos prestados pelo perito do IMESC, fls. 154/155.

Nova manifestação da autora às fls. 159 e da FESP às fls. 160.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A lide comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, diante da desnecessidade de produção de novas provas em audiência.

O pedido comporta acolhimento.

Não há controvérsia acerca do direito que assiste ao servidor público de obter licença-médica, desde que comprovada a sua incapacidade laborativa temporária, por meio de submissão à perícia pelo Departamento Médico do Estado (artigo 191, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo).

Com a licença para tratamento de saúde, o servidor público tem direito subjetivo de permanecer recebendo seus vencimentos normalmente, sem exercer atribuições inerentes de seu cargo, enquanto durar a causa transitória que o incapacitou para o labor.

A Lei nº 10.261/68 dispõe que, submetido à inspeção médica e comprovado o afastamento para tratamento, a reintegração do servidor às suas funções se dará, tão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

somente, se comprovada a cessação dos motivos ensejadores da licença, podendo, inclusive, ser prorrogada *ex officio* (artigo 184, parágrafo único e 185), garantindo ao servidor o respectivo vencimento ou remuneração, se licenciado por até quatro anos:

“Art. 191 - Ao funcionário que, por motivo de saúde, estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença, mediante inspeção em órgão médico oficial, até o máximo de 4 (quatro) anos, com vencimento ou remuneração”.

Artigo 193 - A licença para tratamento de saúde dependerá de inspeção médica, realizada em órgão oficial e poderá ser concedida:

I - a pedido do funcionário;

II "ex-officio".

O Decreto Estadual 29.180/88 regulamenta as perícias médicas referentes aos funcionários, servidores e candidatos a cargos ou funções públicas da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado.

O artigo 5º, III, do referido decreto estabelece que o DPME terá entre suas atribuições realizar perícias médicas nos funcionários e servidores civis para fins de: licença para tratamento de saúde, licença ao funcionário ou servidor acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de moléstia profissional, licença à funcionária ou servidora gestante, readaptação, para reassunção do exercício e cessação de readaptação, bem como na pessoa da família quando de licença por motivo de doença em pessoa da família, preferindo a decisão final.

Já o artigo 22 dispõe:

“Artigo 22 - A licença para tratamento de saúde dependerá de perícia médica, realizada no D.P.M.E. ou nas unidades indicadas nos termos do artigo 7.º deste decreto, e poderá ser concedida:

I - ex-officio;

II - a pedido do funcionário ou servidor.”

Por sua vez, o Parecer PA nº 95/2015, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que fundamenta o Comunicado UCRH nº 01, de 08 de janeiro de 2016, emitido pela Unidade Central de Recursos Humanos do Estado de São Paulo, direcionado aos Dirigentes de Recursos Humanos, determina a anotação de falta injustificada no prontuário



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

funcional do servidor, mesmo enquanto não decidido o pedido de licença-saúde pelo DPME.

Referido parecer autoriza o lançamento das ausências do trabalho, por motivo de saúde, como faltas injustificadas, bem como os descontos nos vencimentos, ainda que haja pedido de licença-saúde pendente de decisão.

Assim, a conversão dos períodos de licença-saúde em falta injustificada, nos moldes como preconizado pelo Parecer PA nº 95/2015, representa inovação que onera o servidor público sem previsão legal, caracterizando violação ao devido processo legal administrativo previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, já que o efeito suspensivo decorre da própria sistemática do direito administrativo.

O princípio do devido processo legal, aliás, se aplica tanto aos processos judiciais quanto aos procedimentos administrativos, ou seja, a Administração Pública não pode atingir a esfera jurídica de um particular, deixando de pagar seus vencimentos, verba de natureza alimentar, sem lhe oferecer a oportunidade de se defender, mediante o devido processo legal administrativo.

Ressalte-se que a licença para tratamento de saúde é um direito do servidor, a teor, ainda, do artigo 191 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

Por si só, o lançamento da ausência no trabalho por motivo de saúde, como falta injustificada, além do desconto nos vencimentos, antes de esgotado o devido processo legal, por certo já violou o direito líquido e certo do servidor, porquanto, antes da decisão definitiva sobre o pedido, a Administração o está privando de sua remuneração, sem antes esgotar o contraditório e a ampla defesa, na esfera administrativa, ainda mais, como no presente caso, em que o perito judicial acabou por concluir que a autora tinha direito à licença pleiteada.

Nesse sentido:

AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM – Servidora Pública Estadual - Pretensão da autora à não atribuição de faltas injustificadas no prontuário e descontos salariais até a decisão definitiva do recurso administrativo interposto contra decisão do Departamento de Perícias Médicas do Estado DPME, que indeferiu licença para


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tratamento de saúde. Tutela antecipada deferida em Primeiro Grau de jurisdição. Possibilidade - Parecer PA nº 95/2015 que determinou que as ausências dos servidores públicos estaduais em virtude de problemas de saúde fossem lançadas como injustificadas em seus prontuários, bem como que fossem realizados os descontos salariais, até manifestação do DPME quanto à concessão ou não da licença-médica – Inadmissibilidade - Ato administrativo que afronta a Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo), que concede aos servidores públicos a licença-médica em prejuízo dos vencimentos - Inteligência do art.191 do Estatuto. Notícia nos autos de julgamento do recurso administrativo, indeferindo a licença-médica requerida pela autora - Possibilidade de lançamento de faltas injustificadas e realização de descontos nos vencimentos. R. sentença que extinguiu o feito, sem resolução de mérito, em decorrência da perda do objeto da lide, condenando a Fazenda ré ao pagamento das verbas sucumbenciais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor atribuído à causa, atualizado. Manutenção da r. sentença - Demonstração da necessidade do ingresso da autora em Juízo em busca da tutela jurisdicional - Verbas sucumbenciais e honorários advocatícios devidos. VERBA HONORÁRIA MAJORAÇÃO, nos termos do art. 85, do CPC/2015. RECURSO DE APELAÇÃO DA FESP DESPROVIDO, com observação. REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDO. (Relator(a): Flora Maria Nesi Tossi Silva; Comarca: São Carlos; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/03/2017; Data de registro: 30/03/2017). G.n.

MANDADO DE SEGURANÇA SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - Professor de Educação Básica - Parecer PA nº 95/2015, da Procuradoria Geral do Estado, que autoriza o lançamento das ausências do trabalho, por motivo de saúde, como faltas injustificadas, bem como os descontos nos vencimentos, antes da manifestação conclusiva do Departamento de Perícias Médicas do Estado sobre pedido de licença-saúde - Inadmissibilidade - Violação ao devido processo legal administrativo - Inovação, que onera o servidor público e não está prevista em lei - Ofensa ao art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal e art. 191, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei Estadual 10.261/68) - Segurança denegada em 1º grau - Sentença reformada. Reexame necessário não conhecido e Apelo provido. (Relator(a):


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Spoladore Dominguez; Comarca: Piracicaba; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/03/2017; Data de registro: 30/03/2017. G.n.

MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR DO MAGISTÉRIO ESTADUAL LICENÇA – SAÚDE PARCIALMENTE DEFERIDA PELA ADMINISTRAÇÃO - PEDIDO DE SEGURANÇA PREVENTIVA PARA IMPEDIR ANOTAÇÃO DAS FALTAS E DESCONTO DE VENCIMENTOS ATÉ FINAL SOLUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PENDENTE. – Pretendida abstenção no lançamento de faltas e descontos nos vencimentos da impetrante, enquanto não houver decisão final acerca de sua solicitação de licença saúde, inclusive em sede de pedidos de reconsideração e recursos. **Parecer PA nº 95/2015, da Procuradoria Geral do Estado, que autoriza o lançamento das ausências do trabalho por motivo de saúde como faltas injustificadas, bem como os descontos nos vencimentos, ainda que haja pedido de licença não decidido no processo administrativo. Na pendência de processo administrativo em que a Administração decidirá sobre a concessão ou não de licença-saúde requerida ao servidor, vedado é a imediata aplicação de penalidades de falta e desconto remuneratória. Efeito suspensivo decorrente da sistemática do direito administrativo. Ocorrência de direito de líquido e certo à suspensão de ameaça de aplicação de penalidades antes de findo a apuração administrativa. Risco presente de dano diante da possibilidade concreta de ato ilegal da autoridade coatora. Reexame necessário e recurso voluntário da FESP não providos, mantida a sentença concessiva da segurança. (Relator(a): Leonel Costa; Comarca: Sorocaba; Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 15/03/2017; Data de registro: 16/03/2017)” g.n.**

No caso em tela, a servidora solicitou licença-saúde por 45 dias, no período 24/10/2014 a 07/12/2014 e, por 90 dias, no período de 23/02/2015 a 23/05/2015, sendo indeferida.

As decisões administrativas e conclusões periciais do DPME gozam de presunção de legitimidade e veracidade, inerentes aos atos administrativos. Contudo, tal presunção foi afastada pelo laudo pericial produzido sob o crivo do contraditório, porquanto o perito do IMESC concluiu categoricamente que a autora estava incapacitada no período solicitado na inicial.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A partir do momento em que a questão é jurisdicionalizada, deve o juiz valer-se de laudo médico produzido sob o crivo do contraditório para averiguar se a motivação do ato administrativo é adequada.

Elaborado laudo pericial pelo IMESC às fls. 140/144, este concluiu que:

*"A pericianda apresenta história clínica, documental e exame psiquiátrico compatível com CID (10)=F32.2 (episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos), "caracterizado por o paciente apresentar um rebaixamento do humor, redução da energia, e diminuição da atividade. Existe alteração da capacidade de experimentar o prazer, perda de interesse, diminuição da capacidade de concentração, associada em geral à fadiga importante mesmo após um esforço mínimo. Observam-se em geral problemas do sono e diminuição de apetite. Existe quase sempre uma diminuição da auto-estima e da autoconfiança e frequentemente ideias de culpabilidade ou de indignidade, mesmo nas fôrmas leves. O humor depressivo varia pouco de dia para dia ou segundo as circunstancias e pode se acompanhar de sintomas ditos "somáticos", por exemplo perda de interesse ou prazer, despertar matinal precoce, várias horas antes da hora habitual de despertar, agravamento matinal de depressão, lentidão psicomotora importante, agitação, perda de apetite, perda de peso e perda da libido. O número e a gravidade dos sintomas permitem determinar três graus de um episódio depressivo? Leve, moderado e grave. Episódio depressivo onde vários dos sintomas são marcantes e angustiantes, tipicamente perda da auto-estima e ideias de desvalia ou culpa. As ideias e os atos suicidas são comuns e observa-se em geral uma serie de sintomas somáticos". Transtorno crônico, evolução arrastada, em tratamento com amenização dos sintomas, estável. **Sob o ponto de vista médico legal psiquiátrico, necessitou se afastar em licença médica, pois não apresentava condição de retornar às suas atividades como professora, podendo desenvolver outras funções, distante do contato com alunos em sala de aula, sendo indicada sua readaptação"** (grifei).*

Assim, comprovada a incapacidade laborativa da parte autora no período, a licença médica lhe deve ser concedida e os valores eventualmente descontados lhe devem ser restituídos.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fulcro no


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

art. 487, I do CPC e **PROCEDENTE** o pedido autoral para **RECONHECER** os períodos de 4/10/2014 a 07/12/2014 e 23/02/2015 a 23/05/2015, como licença médica, considerando estes períodos como de efetivo exercício para todos os fins, inclusive o pagamento integral de salário e outros consectários, descontados indevidamente desde a data em que deveriam ter sido realizados, tudo corrigido da data da exigibilidade, com acréscimo de juros moratórios a contar da citação.

A correção monetária deve se dar de acordo com o IPCA-E, e juros de mora, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

Reconhece-se o crédito como sendo de natureza alimentar.

Sucumbente, arcará a ré com as custas e despesas despendidas, observadas as isenções legais em favor de Fazenda, além dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% sobre o valor da condenação, os quais serão apurados por ocasião da liquidação de sentença (art. 85, § 4º, II do CPC) atendidos os requisitos do art. 85, §2º I a IV do CPC.

Desnecessária a remessa dos autos ao Tribunal para reexame de ofício, considerando que o valor da condenação não excederá o equivalente a 500 (quinhentos) salários mínimos (art. 496, § 3º, inciso II, do CPC).

P.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min